

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DO SINDICATO DOS SERVIDORES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO

Ata de assembleia geral do SINDSEMP-MA,
realizada dia 02 de fevereiro de 2013, no SESC,
São Luis/MA.

1 Aos dois dias do mês de fevereiro de 2013, às 9:30 horas, no auditório do Hotel SESC, localizado na Av. São Carlos,
2 s/n, Jardim Paulista, Olho D'Água, São Luís-MA, compareceram os servidores do quadro de pessoal do Ministério
3 Público do Estado do Maranhão relacionados em lista anexa, para deliberarem sobre os assuntos constantes da
4 pauta previamente informada aos servidores no edital da convocatória, publicado no sítio [http://www.sindsemp-
6 ma.org.br](http://www.sindsemp-
5 ma.org.br), dia 16 de janeiro de 2013. O Presidente passa à leitura da pauta: 1.Informes gerais; 2.Informes das ações
7 coletivas ajuizadas; 3.Apreciação da Prestação de contas do ano de 2012; 4. Discussão e aprovação de propostas
8 para a revisão do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração – PCCR; 5.Escolha dos representantes do Sindicato na
9 Comissão de Revisão do PCCR; 6.Eleição complementar para cargos vagos na Diretoria e posse dos eleitos;
10 7.Outros Assuntos. Inicialmente, Valdeny informou a ausência justificada do Secretário Geral Paulo Arrais, pedindo
11 que a assembleia escolhesse entre os presentes que secretariasse os trabalhos. Aprovou-se o nome de Sergio
12 Henrique para esta tarefa. Iniciaram-se os trabalhos com a apresentação de todos os servidores presentes. Conforme
13 determina o Estatuto, Valdeny Barros, Presidente, conferiu a lista de presença, em primeira chamada, onde constatou
14 não haver a maioria absoluta dos sindicalizados. Após meia hora, procedeu a nova verificação de presenças, onde
15 constava o quorum para instalação da Assembleia. O presidente Valdeny solicitou a alteração da ordem dos itens da
16 pauta pelo atraso justificado dos advogados, os quais fariam os informes sobre as ações judiciais em andamento,
17 ficando o ponto 2(dois) da pauta como último. Em seguida, Valdeny sugere a inclusão, no ponto de pauta de número
18 7, Outros assuntos, da proposta de criação de uma entidade nacional de servidores dos ministérios públicos
19 estaduais, o que foi aprovada. Em seguida Valdeny pede a exclusão do ponto 6(seis) da pauta, justificando que não
20 mais renunciaria ao cargo de presidente, conforme divulgara em comunicado no sítio eletrônico do Sindicato e que
21 diante disso pede aos presentes uma licença pelo período de 45 dias, em virtude de tratamento médico, ficando os
22 diretores do Sindicato com a incumbência de substituição das tarefas desempenhadas pelo presidente. Os presentes
23 aprovam o pedido e a exclusão do ponto 6 da pauta. Em informes gerais, tratou-se das questões referentes ao Plano
24 de Saúde, com a contratação da empresa Sulamérica, em virtude das vantagens apresentadas por esta em
25 contraposição aos problemas decorrentes do contrato com a UNIMED, plano este que também será mantido. Ainda
26 no ponto 1, informou-se sobre a discussão acerca do concurso de remoção, onde foram colocadas as angústias dos
27 servidores em torno da demora nas lotações, previstas para ocorrerem só após o concurso externo, porém, há notícias
28 de remoções temporárias, por isso a necessidade de se vedar as chamadas remoções temporárias, posto que estas
29 passariam a “firmar precedentes de atos temporários”. O servidor Gabriel Leite sugeriu que devíamos insistir na ideia
30 de periodicidade, obrigatoriedade e não condicionamento ao concurso externo de provimento. O diretor de assuntos
31 jurídicos Jearlan sugeriu uma reunião com a Direção da Procuradoria a fim de se tratar sobre a rotatividade e
32 periodicidade do concurso de remoção. Ficou deliberado que todos os servidores contemplados no concurso de
33 remoção deveriam ingressar com pedidos individuais de remoção imediata, principalmente considerando a demora do
34 concurso externo. Em seguida passou-se à discussão sobre a possibilidade de uma ação de cobrança de
35 remuneração dos serviços eleitorais. O presidente frisou a necessidade de provocação dos servidores sindicalizados,
36 a fim de que o sindicato, munido de detalhamento escrito, viesse a discutir com a Administração Superior a situação,
37 podendo impetrar ações de cobranças. Tratou-se, em seguida, do atraso nas progressões e remoções na carreira.
38 Mais uma vez frisou-se a necessidade de provocação do sindicato por parte de seus sindicalizados. Aprovou-se, por
39 unanimidade, a fixação do prazo para envio da ficha financeira, qual seja, final do mês de março do corrente, para
40 possível ajuizamento de ação de cobrança dos valores em atraso. Também no ponto 1, fez-se a discussão em torno
41 dos Plantões. Foi colocada a idéia surgida na plenária de servidores em Imperatriz, que estes plantões deveriam
42 seguir o modelo do setor privado, com o devido ressarcimento monetário das horas extraordinárias. O servidor
43 Gabriel sugeriu que não entrássemos nessa discussão e deixássemos da forma que foi proposta, em virtude das
44 várias situações específicas. O presidente sugeriu a adoção de regras claras formalizadas pela Administração. O
45 servidor Trajano sugeriu que não entrássemos na discussão enquanto a Administração Superior não propusesse as
46 alterações gerais para todos os envolvidos. Dessa forma, passaríamos a debater somente em momento oportuno,
47 vigendo até lá os acordos entre as partes. O presidente insistiu na necessidade de, primeiramente, ampliação do
48 quadro de servidores a fim de não sobrecarregar aqueles servidores de comarcas com menor número de servidores.
49 Foi informado também que será criado um regulamento sobre demandas judiciais vinculadas aos servidores e ao
50 escritório de advocacia, de modo a ampliar a prestação dos serviços advocacias. Foi deliberada a realização do
51 Congresso dos servidores do MP para se fazer e possíveis mudanças do modelo estatutário do SINDSEMP,
52 extinguindo a imagem de presidência e criação de uma diretoria colegiada. No ponto seguinte da pauta, ponto 3, na
53 apreciação da prestação de contas do ano de 2012, o presidente fez os informes da prestação de contas,
54 esclarecendo o atraso na montagem dos balanços consolidados, solicitando a possibilidade de estender o prazo para
55 as correções necessárias e apresentação para aprovação em Assembleia posterior, o que aprovado pelos presentes.
56 No próximo ponto de pauta, o ponto 4, inicia-se a discussão em torno do plano de cargos, na qual foi decidido em
57 relação aos pontos: auxílio alimentação; auxílio saúde; técnico de execução de mandados; remuneração dos
58 servidores comissionados, dentre outros, sendo a proposta do presidente a continuidade do pleito em torno da
59 proposta de PCCR protocolada em julho de 2012, sugerindo que votássemos a possíveis mudanças, atualizando ou

59 retomando exatamente os pontos ali constantes. Dentre as mudanças, foi sugerido pelo presidente o aumento da
60 remuneração do assessor de promotor e todos os demais de nível superior para o valor base do servidor analista, ou
61 seja, R\$ 5.700,00 como forma de posicionar o sindicato em relação a esses servidores comissionados de forma
62 coerente e estratégica de valorização do servidor concursado em contraposição ao problema do crescente número de
63 servidores exclusivamente comissionados. Propôs ainda a implantação para servidores efetivos, ocupantes de cargos
64 comissionados, a redução, caso fosse aceito esse aumento para cargos comissionados, da comissão de 85% para
65 50%, sendo possível o aumento na participação desses servidores concursados na ocupação desses cargos
66 comissionados, pois, paralelamente afirmariamos à Procuradoria a necessidade de se cumprir os preceitos
67 constitucionais de percentagem de ocupação desses cargos por servidores concursados, de forma gradual. Alguns
68 servidores colocaram seu posicionamento contrário a pleitos de comissionados, dentre eles Francisco Leno. Outros
69 afirmaram que o custo seria alto e acabaria por enfraquecer a possibilidade de ganhos financeiros à categoria. O
70 presidente justificou, mais uma vez, seu posicionamento com base no número de servidores comissionados e
71 efetivos. Gabriel Leite frisou que o Sindicato é legitimado para pleitear melhorias e defesas de todos os servidores,
72 inclusive exclusivamente comissionados. Por fim, o presidente recuou e questionou os presentes acerca dos valores
73 propostos para os comissionados quando da protocolização do projeto de planos e cargos, feita em julho de 2012,
74 sendo que a categoria deliberou que o ideia seria derrubar a cláusula do cálculo do número de comissionados, bem
75 como a que limita a nomeação de bacharéis em direito, e manter os valores protocolados no plano no ano passado.
76 Passou-se à discussão da alteração do regulamento do ponto eletrônico. O servidor Gabriel Leite sugeriu o ponto
77 seria apenas para registro, sem necessidade de fixação de limites, cabendo ao próprio servidor gerir seu tempo de
78 trabalho, sem ingerência de promotor ou gestor, e que somente irregularidades graves sejam alvos de apuração e
79 punição. O servidor Francisco Leno propôs que os executores batessem o ponto, tal como os assessores hoje fazem,
80 apenas uma vez. O servidor Jearlan frisou a falta de consciência de alguns colegas quanto ao registro do pontos,
81 fazendo menção, inclusive de acúmulos indevidos. O servidor Gabriel insistiu que caberia ao gestor ou autoridade
82 superior coibir tais práticas e não a um limitador no próprio sistema de ponto. Como deliberação a assembleia afirmou
83 a necessidade de se alterar a forma como o ponto é gerenciado e flexibilizar a necessidade de justificativas.
84 Continuando, a discussão se direcionou para a indicação dos servidores que representariam o sindicato, frisando a
85 necessidade de comunicar a ASFUPEMA sobre o posicionamento da representação dos servidores pelo SINDICATO,
86 o que poderia atrapalhar as negociações, posto que associações representam associados, diferentemente do
87 estabelecido em lei. Em seguida foi proposta a necessidade de emplacarmos a luta pela indicação de um nome de
88 servidor no colégio dos procuradores e direito a voto para diretor de promotoria na base de 1/3. Também foi proposto
89 a criação da comissão de resolução de conflitos internos para onde, antes de quaisquer representações, seriam
90 levadas situações de conflitos entre membros e servidores, na tentativa de resolução, para só então, após exauridas
91 as possibilidades de apaziguamento, as partes procedessem com suas respectivas representações processuais, bem
92 como, criação de uma comissão de negociação salarial. Ambas as comissões seriam paritárias e pensariam assuntos
93 além do financeiro, visando um fortalecimento junto à instituição. Em continuidade foi proposto a abertura de debates
94 on-line para a abertura de novos pontos do plano de cargos e salários, por exemplo, com o acréscimo de 5% da
95 tabela de vencimento com base no crescimento da receita estadual, adicional de qualificação, sendo flexibilizado os
96 valores percentuais em cima dos títulos. Surgiu, em seguida, a proposta de criação de um 14º salário em função da
97 produtividade, aprovada por unanimidade. Já na discussão dos executores de mandados, frisando a proposta de
98 criação da gratificação de atividades externas-GAE, no valor de 35% do salário base, em substituição a de risco de
99 vida, sendo obrigatória a todos que executam mandados hoje, além de extensiva a todos os servidores que o
100 promotor ou a Procuradoria entender que merece por atividades ou de insalubridade, periculosidade ou externas, a
101 exemplo, das assistentes. A justificativa foi feita dentro da coerência da proposta enquanto pauta de negociação e
102 que beneficie a todos os servidores sem classificação de nomenclatura. Em torno disso, teríamos a GAE com um rol
103 de atribuições para seu merecimento, estabelecendo a extensão para demais servidores, como forma de não criar
104 uma terceira categoria de remuneração, o que objetivamente fragilizaria a categoria, além de não ser possível a
105 permanência da anomalia de deixar o executor no gabinete ou em assessoria ganhando risco de vida. O servidor
106 Alessandro apoiou a proposta com base em valorizar quem de fato exerce a função, independente do cargo. O
107 servidor Gabriel Leite apresentou sua posição contrária em criar a gratificação de atividades externas em função de
108 existir a função, a necessidade e o servidor específico para desempenhar essas funções específicas que não fossem
109 gerais, como as afirmadas pela proposta. Dessa forma, Gabriel propôs a incorporação do risco de vida, 20%, para
110 executores e se estabelecesse a GAE, 35%, para servidores que fizessem essas atividades externas. O servidor
111 Gabriel insistiu na sua proposta, dizendo que de outro modo isso fragilizaria a categoria dos executores, em função
112 de que seria um erro da Procuradoria em legitimar desvios de função, ampliando a GAE para qualquer servidor. Em
113 função da falta de unanimidade em torno das propostas apresentadas, foi decidido que se encaminharia todas elas
114 apresentadas para votação na próxima assembléia: quais sejam, a do servidor Moraes, lida por Valdeny, que propõe
115 incorporação dos 20% de risco de vida, além da criação da GAE para os executores, além de estabelecer o nome
116 para o cargo de “técnico em executor de mandados – oficial de promotoria”; de Valdeny, que seria a permanência do
117 nome “técnico ministerial – execução de mandados”, transformando risco de vida em GAE, majorada para 35%,
118 obrigatória para executores de mandados e extensiva para quem fizesse atividades externas e, por fim, a de Gabriel,
119 a qual sustenta o nome “técnico ministerial – oficial de promotoria”, além da majoração em 35% do risco de vida
120 incorporada e extinta, além da GAE, 35%, somente para executores de mandados. Todas as propostas sem a
121 mudança do nível de escolaridade. No ponto de pauta da escolha dos representantes da categoria, foi definida a
122 comissão de negociação com os seguintes nomes, Gabriel Leite, Valdeny Barros e Antonio Trajano. Como suplentes

123 os colegas Alessandro Cutrim, Maria Telma Leal e Sérgio Henrique. Ficou definida que a comissão apresentará os
124 pontos para a negociação, porém, a palavra final será dada em assembléia geral da categoria. Encerrada esta
125 questão, prosseguiu-se com o presidente Valdeny apresentando a proposta a criação de um sindicato nacional ou
126 associação geral de servidores dos Ministérios Públicos Estaduais, nos moldes do SINASEMPU, do Ministério
127 Público da União. Ele sustenta a idéia como uma forma de se contrapor à forma como atua a FENASEMPE, que vive
128 à caça do imposto sindical, a exemplo do que fez com os servidores do Maranhão. A FENASEMPE demandou
129 judicialmente, nos últimos 04(quatro) anos, o recolhimento da contribuição sindical dos servidores do MPEMA, sem
130 no entanto prestar qualquer solidariedade em nossas lutas. A atual Federação é muito mais uma entidade pra
131 angariar dinheiro, que não envolve os servidores de base, além de não incluir importantes Estados, como São Paulo,
132 Bahia, Paraná, etc. A proposta é que o SINDSEMP comece o esforço para criar uma entidade congregando
133 individualmente os servidores de cada Estado, e assim, tal qual a organização dos membros, a CONAMP, possamos
134 ter uma defesa de plano nacional de cargos e carreiras e uma atuação nacional junto ao CNMP e outras instituições
135 nacionais. A proposta foi aceita por unanimidade. Passando-se para o último ponto, os advogados passaram a
136 informar sobre a demanda administrativa do servidor que ensejou a mudança contratual entre sindicato e escritório.
137 Passou-se em seguida aos informes das ações judiciais, começando pelo imposto sindical informando que ação foi
138 distribuída para 4ª vara com a possibilidade de decisão favorável no pedido de uma liminar face o sindicato, incidindo,
139 inclusive em anos anteriores. Após, passamos para ação coletiva a partir da ação dos 21,7% no qual foi informado
140 sobre a perda do prazo de recurso pela assessoria jurídica anterior, em 2011, porém, a nova assessoria jurídica
141 ingressou com ação rescisória 010292/2012 e, agora, o processo está concluso. O problema reside no fato em que
142 ele pode ser julgado por um desembargador substituto. No entanto a matéria processual não foi atacada pelo estado.
143 Em relação aos 12% a lei não enquadrrou o MP nem no percentual menor ou no maior, motivo pelo qual foi pedido o
144 índice total, e o escritório já está com a ação para confecção da réplica para ir concluso para sentença. Passou-se à
145 ação da URV, ou seja, dos 11,98%, a ação foi ajuizada em 2012 e o pedido foi feito mencionando o reconhecimento
146 da lei administrativamente, mas sem levar em conta o resíduo dos dois anos iniciais, o que fez com que a
147 Procuradoria do Estado não se manifestou ao resíduo, mas vai-se esperar a postura do Juiz. Tocou-se na ação da
148 ASFUPEMA com informações gerais, por exemplo, sobre a impossibilidade de quem entrou no rol dos associados
149 depois não será alcançado pela decisão, estando a mesma na fase de execução. Tratou-se em seguida na ação do
150 FUNBEM, informando que a mesma foi julgada procedente em 24 de agosto de 2012, indo concluso para sentença
151 em janeiro por conta de julgamento dos embargos de declaração interposto, sendo encaminhada em seguida para
152 recurso. Em suma, os advogados informaram que esse primeiro semestre vai ser muito favorável para o SINDSEMP,
153 pois mui provavelmente terão zerado as ações em nível de primeiro grau até junho. Para terminar, foi informada pelos
154 advogados a ação de injunção para aposentadoria especial para os servidores atuando em atividades insalubres.
155 Para concluir a assembléia foram sorteados os brindes, sendo o primeiro um Notebook da marca CCE e o
156 segundo 01(um) final de semana na pousada Murici, em Barreirinhas, sendo os vencedores a servidora Yandeyjara
157 Isabel e o servidor Trajano, respectivamente. Concluída a ordem do dia, é facultada a palavra aos presentes, não
158 havendo nenhuma manifestação, o Presidente deu por encerrada a Assembleia e nada mais havendo a tratar, lavrou-
159 se a presente ATA, que depois de lida e aprovada, vai assinada por mim Sérgio Henrique Ferreira da Silva, Diretor de
160 Comunicação do Sindicato, que a redigi e por Valdeny Barros, Presidente do SINDSEMP-MA.

São Luís, 02 de fevereiro de 2013.

Sérgio Henrique Ferreira da Silva

Diretor de Comunicação do SINDSEMP-MA

Valdeny Barros

Presidente do SINDSEMP-MA